

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>0010704-09.2012.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Prestação de Serviços</b>
Requerente:	<b>Companhia Paulista de Força e Luz Cpfl</b>
Requerido:	<b>Rocarplast Indústria e Comércio Ltda</b>

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ CPFL pediu a condenação de ROCARPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ao pagamento da importância de R\$ 170.683,06, vez que deixou de efetuar o pagamento das faturas de consumo, incidindo, conseqüentemente, a multa por rescisão contratual.

O réu não foi encontrado nos endereços constantes nos autos, razão pela qual foi citado por edital.

Decorrido o prazo sem manifestação, a Dr.<sup>a</sup> Curadora Especial apresentou contestação por negativa geral e requereu novas diligências para citação pessoal da ré, as quais não surtiram resultado.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As diligências para citação pessoal da ré não surtiram resultado, convalidando então a convocação efetuada por edital.

As partes firmaram contrato de fornecimento de energia elétrica nº 4189/ECVC (fls. 19/25).

Alega a autora que a ré deixou de pagar as contas de energia elétrica, descumprindo, assim, as condições e cláusulas presentes no negócio jurídico, incidindo também em multa, pela ruptura contratual.

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Cabia à ré alegar e comprova o pagamento, impossível atribuir à autora o encargo negativo, ou seja, de que não houve pagamento. Aliás, não se aplica na relação jurídica estabelecida entre as partes as regras previstas no Código de Defesa do Consumidor, pois a energia elétrica utilizada pela ré tem natureza de insumo, não podendo ser considerado como consumidor final.

Ao deixar de pagar as prestações, o réu deu ensejo à rescisão antecipada do contrato (cláusula 21 – fls. 24) de modo que é devida a multa compensatória contratualmente prevista.

A contestação por negativa geral não infirma a cobrança.

Mas cabe uma ressalva:

O contrato era anual, a partir de setembro de 2004 (fls. 19), com renovação automática a cada período de doze meses (quarta cláusula, parágrafo único, fls. 20).

Houve desligamento do serviço em 15 de maio de 2006 (fls. 17) e está sendo cobrado o consumo até então (fls. 30).

Rompido o contrato em maio de 2006 e considerando que venceria o período de doze meses em setembro de 2006, o número de meses até o vencimento do contrato é de quatro meses, não os dezesseis computados a fls. 17. Pois o contrato venceria em setembro de 2006, não em setembro de 2007.

Cumprir reduzir a multa.

Não haverá condenação em verba honorária pois a ré sequer alegou esse fato.

Destaca-se ainda, de passagem, embora não discutido, que a cobrança está sujeita a prazo prescricional decenal:

**APELAÇÃO AÇÃO DE COBRANÇA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA**  
 Cobrança de faturas de consumo PRESCRIÇÃO Não verificada Em se tratando de cobrança de valores decorrentes de contrato de fornecimento de energia elétrica, o prazo prescricional é decenal, consoante artigo 205 do CC/02 Negado provimento (TJSP, Apelação Cível nº 0002476-76.2008.8.26.0601, Rel. Des. Hugo Crepaldei, 03.03.2016).

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

“AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. Fornecimento de energia elétrica. Prescrição. Inocorrência. Entendimento jurisprudencial de que o prazo aplicável é o decenal, contido no art. 205 do CC. Ausência de previsão específica no art. 206 do mesmo diploma. RECURSO DESPROVIDO.” (TJSP Apelação: 0000200-28.2008.8.26.0066 Relator: Azuma Nishi 27ª Câmara de Direito Privado Data do julgamento: 17/11/2015.)

“Fornecimento de energia elétrica. Ação de cobrança. Inicial apta e que claramente aponta quais faturas pretende cobrar. Ausência de prova de pagamento pela ré. Prova imprescindível para afastar a pretensão da autora. Obrigação de pagamento. Ônus da prova de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora do qual a ré não se desincumbiu. Prazo prescricional de 10 anos (art. 205, CC). Ação proposta em 2014, sendo que a última fatura cobrada é de 2009. Inocorrência da prescrição. Pagamento de algumas faturas que deve ser apurado em fase de liquidação. Ação procedente. Sentença mantida. Apelo improvido.” (TJSP Apelação: 1014910-27.2014.8.26.0001 Relator: Ruy Coppola 32ª Câmara de Direito Privado Data do julgamento: 08/10/2015)

“TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÍVIDA NÃO TRIBUTÁRIA. PRAZO PRESCRICIONAL. CÓDIGO CIVIL. APLICAÇÃO. 1. A natureza jurídica da remuneração cobrada pela prestação de serviço público, no caso energia elétrica, por meio de uma concessão pública, é de tarifa ou preço público, portanto de caráter não tributário, sendo aplicados quanto à prescrição os prazos estabelecidos no Código Civil. 2. Violado o direito na vigência do Código Civil de 1916, e não transcorrido o prazo estabelecido, aplica-se a regra de transição do art. 2.028 do Código Civil, segundo o qual há de ser aplicado o novo prazo prescricional do Código Civil de 2002 se, na data de sua entrada em vigor, não houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada. 3. Tratando-se de ação de cobrança de fatura de energia elétrica sem prazo específico estabelecido na novel legislação, e nos termos da jurisprudência desta Corte, aplica-se o prazo geral decenal (art.205 do CC) a contar de 11.1.2003. 4. Afastada a prescrição, porquanto, não decorridos mais de dez anos entre a entrada em vigor do novo Código Civil e o ajuizamento da ação. Recurso especial provido.” (REsp 1198400/RO, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2010).

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a pagar à autora a importância de R\$ 115.315,34, com correção monetária e juros moratórios subsequentes ao termo considerado na planilha de cálculo de fls. 15, bem como ao pagamento da multa contratual aludida a fls. 17, embora restrita

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

ao período de junho a setembro de 2006, com correção monetária desde cada mês e juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial.

Responderá a ré pelo pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, além dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 14 de maio de 2016.

  
**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**